



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 339/2016–ML

**ASSUNTO:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 28.836/2013

**EMENTA:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. PMDF. INATIVIDADE DO MILITAR. CONCESSÃO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA EFETIVA MUDANÇA DE DOMICÍLIO. DECISÃO Nº 2.612/2014. CITAÇÃO DO RESPONSÁVEL. APRESENTAÇÃO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO Nº 2.841/2015. IRREGULARIDADE DAS CONTAS. RECOLHIMENTO DO DÉBITO. PENA DE INABILITAÇÃO. SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DA DÍVIDA. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A **PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Os autos tratam de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização transporte ao militar da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Sr. José Ribamar Martins, quando de sua passagem para a inatividade.

2. Em 7/7/2015, este e. **Tribunal** exarou a r. Decisão nº 2.841/2015 (fl. 63), **in verbis:**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – conhecer da defesa** apresentada pelo CAP QOPM/Adm RRm JOSÉ RIBAMAR MARTINS, beneficiário do pagamento indevido (fls. 31/36) **para, no mérito, considerá-la improcedente; II – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’ da Lei Complementar nº 01/94, irregulares as contas especiais em exame; III – notificar o CAP QOPM/Adm RRm JOSÉ RIBAMAR MARTINS (beneficiário do pagamento indevido) a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 119.090,74 (valor em 23.3.2015), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03; IV – autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior, a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 01/94; V – aplicar ao CAP QOPM/Adm RRm JOSÉ RIBAMAR MARTINS (beneficiário do pagamento indevido) a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos; VI – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

3. Após tomar ciência dos termos do r. **Decisum** supra, o Sr. José Ribamar Martins apresentou pedido de **parcelamento da dívida** (fl. 68) nos seguintes termos: **i) pagamento imediato de R\$ 50.000,00; e ii) parcelamento do restante em 48 meses.**

4. Depois de analisar o pleito, a Unidade Técnica sugeriu ao c. **Plenário**, por intermédio da Informação nº 69/2016 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 73/77), que:

*“I. tome conhecimento do pedido de parcelamento de débito, formulado pelo Sr. José Ribamar Martins à fl. 68, para, no mérito, dar provimento parcial, deferindo o parcelamento solicitado no percentual correspondente a 10% da remuneração do militar;*

*II. determine à PMDF que:*

*a) promova desconto em folha, no montante atualizado até 2/3/2016 de R\$ 78.351,71 (fl. 72), no percentual estabelecido em Lei (10%), até a quitação do débito, em virtude da condenação imposta pelo Acórdão nº 353/2015 (fl. 65), e tendo em conta o pedido de parcelamento formulado pelo responsável junto a esta Corte em 17/8/2015;*

*b) noticie o Tribunal, no prazo de 30 dias, acerca das providências adotadas;*

*III. dê ciência ao requerente acerca da decisão que vier a ser proferida;*

*IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.” (Fl. 77).*

5. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

6. **Ab initio**, consigno que este **Parquet** especializado possui entendimento **convergente** com a Unidade Técnica em relação à **possibilidade em abstrato de ser realizado o parcelamento da multa.**

7. Nesse sentido, transcrevo abaixo os principais excertos trazidos pela Unidade Técnica contido na Informação nº 69/2016 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 73/77):

*“(…)*

**DO PARCELAMENTO**

*9. Esclarecemos que a solicitação encontra amparo no art. 27 da Lei Complementar nº 1/942, regulamentado pelos arts. 179 e 180 do RI/TCDF<sup>3</sup>.*

*10. Em relação aos descontos, o assunto já foi objeto de discussão neste Tribunal, tendo a Corte, por meio da Decisão nº 1.200/2004, acolhido a pretensão do servidor militar de limitar o valor dos descontos incidentes sobre sua remuneração a **10% do valor dela**, tal como ocorre com o servidor civil, conforme o art. 46 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis - Lei nº 8.112/90<sup>4</sup>.*

*11. Em análise do comprovante de rendimentos acostado à fl. 69, emitido em 4/8/2015, visualizamos a possibilidade do desconto parcelado da dívida. Vejamos:*

*12. Identificamos os seguintes valores referentes à remuneração<sup>5</sup> do servidor:*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

DISCRIMINAÇÃO	Valor (R\$)
GRATIFICAÇÃO DE REPRES. MILITAR	29,29
SOLDO INATIVO	2.929,85
ADIC. POSTO OU GRADUAÇÃO INAT.	2.343,88
ADICI. TEMP. SERVIÇO-MILITAR INAT.	878,95
AUXÍLIO MORADIA L. 10486/02 AP	1.085,55
ADICIONAL CERT. PROFISSIONAL	2.197,38
ADIC. OPERAÇÕES MILITARES INAT.	405,77
GCEF-GRAT COND ESP FUN MILITAR	406,89
VPE – ART. 1 LEI 11.134/2005 AP	6.309,39
GRV-GRAT. POR RISCO DE VIDA GDF	1.000,00
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO BRUTA</b>	<b>17.586,95</b>

13. O limite de 10% da remuneração como desconto em folha, portanto, atinge o valor de R\$ 1.758,69 como teto para cada parcela.

14. Em 31/8/2015 foi realizado o pagamento de R\$ 50.000,00, restando ainda o montante de R\$ 70.606,21 a ser ressarcido. Esse valor, atualizado até a data desta informação, 2/3/2016, totaliza R\$ 78.351,71 (fl. 72), e, atendido parcialmente o pedido do interessado, deverá ser parcelado no limite de 10%.

15. Tendo em conta a possibilidade do parcelamento, **os descontos deverão ocorrer diretamente na folha**, até a completa extinção do débito, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, em conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 435/01.

16. Dessa forma, somos pelo deferimento parcial do pleito de fl. 68, observados os critérios estabelecidos nos parágrafos anteriores, devendo o Tribunal dar conhecimento ao interessado. (...)” (Fls. 75/77). (Grifos acrescidos).

8. De fato, a previsão de parcelamento do valor da sanção de multa no âmbito desta c. **Corte de Contas** se encontra no art. 180 do RI/TCDF, o qual regulamenta o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 1/1994; contudo, o **referido dispositivo não traz expressamente as hipóteses de incidência**, motivo que tem levado este e. **Tribunal** a analisar caso a caso sua autorização, balizada em critérios relacionados à razoabilidade do pleito, a exemplo da capacidade econômico-financeira do indivíduo.

9. A propósito, eis a redação do normativo citado:

*“Art. 180. O pedido de parcelamento implica confissão da dívida apurada, e o não-recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor.*

*Parágrafo único. A autorização do parcelamento implicará as seguintes providências: I - se o responsável for servidor público, o Tribunal comunicará o fato ao órgão ou entidade, para desconto em folha de pagamento; e*

*II - não sendo o responsável servidor público, serão emitidos títulos de crédito apropriados, para resgate mensal do valor correspondente, cumprindo ao órgão entidade o controle e a guarda dos comprovantes de pagamento até final quitação, da qual se dará ciência ao Tribunal, para liberação de responsabilidade.”*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

10. **In casu**, o Sr. José Ribamar Martins requereu o parcelamento da dívida, sem trazer justificativa para o não recolhimento em parcela única.

11. Em princípio, para que o c. **TCDF** autorize o parcelamento do pagamento de dívida, o entendimento do **MPC/DF** é o de que o responsável **comprove a impossibilidade financeira de quitação do valor em uma única parcela**. Essa tese, inclusive, tem sido abraçada pelo e. **Plenário**, a exemplo da r. Decisão nº 6.258/2014.

12. Nesse contexto, transcrevo abaixo trecho do voto do em. Cons. **Paulo Tadeu** a respeito da matéria, condutor da r. Decisão nº 649/2015, proferida nos autos do Processo nº 17.741/2010, **in verbis**:

*“Nada obstante, ressalto que o parcelamento é medida facultativa, na forma regulamentada no artigo 27 da Lei Complementar nº 01/1994, dos artigos 179 e 180 do RI/TCDF e da Emenda Regimental nº 13/2003. Por certo, a impossibilidade de quitação do valor em uma única parcela deve ser comprovada pelo requerente, de forma a justificar a concessão do benefício (...)”* (Grifos acrescidos).

13. Como regra, a simples solicitação de parcelamento, desmunida de qualquer comprovação da impossibilidade de se proceder à quitação integral do débito, **não pode conduzir ao deferimento do pedido**.

14. Contudo, levando-se em consideração o montante residual ainda a ser ressarcido, os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade** e o fato de o responsável **já ter realizado o pagamento de R\$ 50.000,00 em uma só parcela**, este **MPC/DF** entende que o c. **Plenário** poderá autorizar o desconto em folha do restante da dívida atualizada, contudo no percentual de 10% de sua remuneração ao mês.

15. Ante o exposto, este **MPC/DF** **coaduna** com a possibilidade de parcelamento solicitada pelo Requerente, porém no percentual de 10% de sua remuneração ao mês.

É o Parecer.

Brasília, 29 de abril de 2016.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador